



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PARTICIPAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO DO DIRETOR ESCOLAR  
NA CONSTRUÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO  
PEDAGÓGICO**

**SARA LEAL DOS SANTOS**

**BELO HORIZONTE, 2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PARTICIPAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO DO DIRETOR ESCOLAR  
NA CONSTRUÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-  
PEDAGÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientação: Renato Lopes dos Santos.

**BELO HORIZONTE, 2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PARTICIPAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO DO DIRETOR ESCOLAR  
NA CONSTRUÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-  
PEDAGÓGICO**

**SARA LEAL DOS SANTOS**

**TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado por Banca Examinadora em ..... de janeiro de 2011 conferindo à autora, o título de Especialista em Gestão Escolar.**

**Banca examinadora:**

**Professor Renato Lopes dos Santos  
(Orientador)**

---

---

**Belo Horizonte, ..... de janeiro de 2011**

Dedico este trabalho a todos os funcionários da Escola Municipal José Bonifácio Gonçalves. Equipe que trabalha com amor e máxima dedicação para formar alunos capazes de conviver com dignidade na sociedade contemporânea.

Agradeço aos meus filhos, Letícia, Felipe e Lorena pela paciência e compreensão nestes momentos de trabalho e dedicação. E, também, a todos os professores do Curso que muito me auxiliaram com sugestões, apoio e novos conhecimentos.

*“As práticas de liderança em escolas altamente eficazes incluem: apoiar o estabelecimento de objetivos claros, propiciar a visão do que é uma boa escola e encorajar aos professores, ao auxiliá-los nas descobertas dos recursos necessários para que realizem seu trabalho.”*

Heloísa Lück

## RESUMO

O presente trabalho ressalta a participação e a tomada de decisão do diretor escolar frente à construção e implementação das intenções e ações expressas no Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, no ano de 2010, tendo como finalidade discutir a importância do PPP como instrumento de construção da democracia, bem como as práticas de gestão escolar. Destaca também, uma discussão crítica sobre alguns elementos e ideias registradas no PPP da referida escola. Por fim, discute acerca do modelo de gestão escolar vinculado ao PPP e se este se configura ou não em modelo de gestão democrática, uma vez que, o desenvolvimento das ações cotidianas do gestor costuma esbarrar em questões culturais e de autonomia da escola.

**Palavras-chave:** Diretor escolar. Gestão democrática. Decisão. Participação.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 DISCUTINDO AS FINALIDADES DA ESCOLA.....</b>	<b>9</b>
<b>3 ABORDAGENS DO CURRÍCULO INSTITUÍDO NO PPP.....</b>	<b>11</b>
<b>4 O PROCESSO DE DECISÃO E AS AÇÕES DO DIRETOR.....</b>	<b>12</b>
<b>5 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DESCRITO NO PPP E SUA APLICAÇÃO NA PRÁTICA.....</b>	<b>13</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>15</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>16</b>
<b>ANEXO Projeto Político-Pedagógico.....</b>	<b>17</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente não mais se concebe a ideia de uma instituição educativa que não tenha como estrutura organizacional, uma proposta de trabalho coerente com as novas demandas da sociedade contemporânea. Acredita-se que todo educador brasileiro já ouviu algo relacionado ao PPP (projeto político-pedagógico) da escola. Muitas escolas têm adotado esse projeto ou plano de intenções como elemento norteador das práticas cotidianas na escola.

No que tange essa discussão, é importante destacar o significado do PPP para a consolidação do movimento em prol da democratização das decisões na escola, onde o papel do diretor escolar passa a ter uma função especial.

De acordo com Azevedo (s.d) o PPP, além de se tratar de um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática, é também um instrumento fundamental para a efetiva construção e instalação da democracia social entre nós. A realidade educacional brasileira tem lutado para sair de uma tradição histórica de centralização nas decisões educacionais para se defrontar hoje com outra realidade manifestada na valorização do local como espaço de decisão. Mas como tornar esse local, um espaço de decisões democráticas, onde as tramas do cotidiano sejam detectadas, discutidas e resolvidas pelo grupo de atores que compõem todo o cenário educativo?

Torna-se imperativo refletir esse questionamento baseado na ideia da autora, pois a realidade escolar clama por mudanças no processo de gestão educacional. É preciso eliminar o modelo de gestão centralizadora. Urge na realidade cultural escolar a ideia de mudança no processo de gestão escolar, onde seja possível, contar com um diretor democrático, líder e capaz de direcionar uma lógica institucional pautada na autoridade, na transparência e na competência para gerir a construção coletiva do PPP da escola.

É nesse contexto que discutimos a respeito da construção e implementação do PPP da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, da cidade de Arcos, no ano de 2010. A discussão em pauta conta com relatos da diretora da escola embasados em registros e depoimentos relacionados às finalidades da escola, algumas abordagens do currículo e do processo de avaliação descritos no PPP. É sabido que a consolidação desse trabalho de planejamento envolveu a definição de escolhas e a resolução de algumas situações complexas relacionadas ao poder de gestão.

Sobretudo, e à luz dessas considerações torna-se interessante levar em conta a ideia de Lück et al (2000, p. 17) ao afirmar que

Cabe lembrar que toda pessoa tem um poder de influência sobre o contexto de que faz parte, exercendo-o independentemente da sua consciência desse fato e da direção e intenção de sua atividade. No entanto, a falta de consciência dessa interferência resulta em uma falta de consciência do poder de participação que tem, de que decorrem resultados negativos para a organização social e para as próprias pessoas que constituem o ambiente escolar.

Com base nessa ideia pode-se entender que o simples fato de participar ou não da elaboração do Projeto de trabalho da escola, cada sujeito já influenciou com sua escolha nas intenções e ações da realidade prática da escola. Nesse sentido, é que se pretende aqui suscitar uma discussão acerca dos fundamentos teórico-metodológicos que foram considerados no registro do PPP da referida escola, em 2010, tendo em vista, discutir características de vários aspectos ligados às suas finalidades, ao currículo desenvolvido e ao processo de avaliação, bem como os desafios da participação e tomada de decisão do diretor escolar na construção e concretização do PPP.

## **2 DISCUTINDO FINALIDADES DA ESCOLA**

Analisando os aspectos que se referem às finalidades da escola, registrados no PPP da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, é importante destacar uma afirmativa interessante: a escola busca atender às necessidades dos alunos, tendo como meta uma educação de qualidade que desenvolva as potencialidades do educando. Além disso, destaca-se o desenvolvimento de uma educação inclusiva.

Sem dúvida, tais finalidades são de importância fundamental para a formação global dos alunos, além de comungar a ideia do acesso e permanência na escola, elementos essenciais no processo de inclusão.

Discutindo essa realidade na escola, vale ressaltar que o diretor escolar tem lutado para garantir esses direitos aos alunos, buscando no apoio da equipe a realização de um trabalho fundamentado na união dos esforços e na discussão mensal de formas de melhorar a qualidade da educação que possa ensinar a todos. Porém, os desafios enfrentados para se colocar em prática essas intenções são inúmeros. A começar pela resistência de alguns professores à inclusão de pessoas

com deficiência nas classes comuns, sob a alegação de que não existe preparo para trabalhar com crianças com deficiência.

Essa é uma realidade na qual vivenciamos certas limitações, uma vez que a escola recebeu alunos com deficiência auditiva e de baixa visão. Dessa forma, o trabalho de inclusão com qualidade deixa a desejar, pois esses alunos estão sendo prejudicados devido à falta de formação adequada dos professores que trabalham nas turmas onde estão matriculados estes alunos com deficiência.

Como o diretor escolar tem enfrentado essa situação? Infelizmente, há políticas públicas que limitam a autonomia da escola e o poder de decisão do diretor, pois, cabe à Secretaria de Educação a definição e o controle dos contratos de professores que atuam na escola, bem como a realização de cursos que possam capacitar esses professores. Além disso, na maioria das vezes, o professor ou a professora que possui o perfil ideal, ou já teve uma formação mais adequada para desenvolver um trabalho coerente com a demanda de que necessita essa clientela, o mesmo é “obrigado” a assumir outras tarefas ou turmas, às quais, não são adequadas ao seu perfil ou formação.

Assim sendo, percebe-se nessa situação, um desencontro entre a intenção manifestada no PPP da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, e a realização deste na prática. Isso, sem dúvida, é um dos desafios que precisa ser vencido pelo diretor escolar. Essa realidade denota uma burocracia educacional que precisa de mudança. Tornando-se necessário dar vez e voz aos atores que compõem o cenário educativo.

“Solucionar problemas e tomar decisões são a alma da gestão escolar” (LÜCK et al., 2000, p.60). É nessa direção que o diretor escolar deve seguir seu trabalho. É nesse caminho que ele deve conduzir sua equipe de apoio educacional. Ao adotar um modelo de gestão participativa, o diretor encoraja a integração e a cooperação da equipe num todo.

Nas escolas participativas eficazes, os diretores agem como líderes pedagógicos (apoiando o estabelecimento das prioridades, avaliando os programas pedagógicos, organizando e participando dos programas de desenvolvimento de funcionários e também enfatizando a importância dos resultados alcançados pelos alunos). Também agem como líderes em relações humanas, enfatizando a criação e a manutenção de um clima escolar positivo e a solução de conflitos. (LÜCK et al, 2000, p. 25).

Baseando-se na afirmativa acima, pode-se refletir sobre a necessidade de atribuição de autonomia para a direção da escola, além de uma visão geral do próprio diretor escolar para driblar e solucionar problemas advindos de diversas naturezas. Acredita-se que um dos maiores desafios do diretor é saber gerir com liderança as questões, não só administrativas, como também as pedagógicas. É preciso estar atento ao modelo de ensino adotado na escola e comprovar por meio de resultados se a aprendizagem dos alunos está ocorrendo de fato. É mais do que necessário, também que, o diretor enquanto líder discuta com a Secretaria de Educação, as questões que estão dificultando a efetivação de práticas inclusivas e de qualidade na educação.

### **3- ABORDAGENS DO CURRÍCULO INSTITUÍDO NO PPP**

O texto sobre o currículo expresso no PPP da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, traz uma importante discussão no que se refere à busca de princípios da prática inovadora e desenvolvimento de competências, se fundamentando em teorias que ressaltam a importância da aprendizagem significativa.

Traz também, a seguinte descrição: o currículo tem por objetivo expressar a construção social do conhecimento e propor uma sistematização de meios para que esta construção se efetive, refletindo a concepção de educando e de sociedade que se deseja, bem como a forma de organização do trabalho na escola.

Com base nestas ideias é possível afirmar que as intenções expressas no PPP da referida escola configuram-se em situações complexas para se concretizar de forma eficaz na prática, pois, mesmo diante de toda a dedicação da equipe sob a liderança incondicional do diretor, a efetivação dessas intenções está fundada em demandas que esbarram em fatores reais como: formação precária dos professores, falta de recursos didáticos para desenvolver uma metodologia que ensine a todos os alunos em suas necessidades, capacitação profissional dos professores quase que inexistente, currículo engessado (pautado, basicamente, nos referenciais dos PCNs e na tentativa de copiar as ideias dos cadernos do CEALE).

Numa tentativa de explicar essa realidade, vale destacar a reflexão de Lopes, (2006) ao salientar que o currículo nacional não se constitui como homogeneidade curricular, mas assume uma dimensão imaginada, e que essa imaginação é uma

prática social com sentido coletivo capaz de ser combustível para a ação. E como toda prática social produz sentido, ações são construídas no cotidiano escolar.

É por haver quem imagine o currículo de determinada maneira e conceba a existência de uma nacionalidade para esse currículo, com determinadas bases para o conhecimento escolar, é que se articulam ações locais e globais em torno do que é imaginado. (LOPES, 2006, p. 45).

No contexto da discussão acima e na tentativa de estabelecer uma relação com a realidade intencional do currículo expressado no PPP da escola, vale destacar que o próprio registro já revela um horizonte imaginado por sujeitos coletivos em rede que conservam um modelo de currículo com repertório cultural inalterável, há anos.

E na prática, essa realidade, infelizmente, desfavorece as ações do diretor escolar que vem tentando incentivar novas visões de currículo. Essa realidade cultural de currículo, muitas vezes, tem podado tentativas da direção em contribuir para a prática inovadora que foi expressa na intenção da equipe e registrada no PPP.

Nessa situação, é possível inferir que não há gestor que consiga uma transformação radical, ao ponto de resolver problemas dessa magnitude no que se refere à cultura de currículo, que se estabeleceu com raiz tão profunda, na escola, e em muitas regiões do país.

Contudo, o que fica é que essa realidade cultural em torno das questões curriculares precisa de mudanças, e, o diretor escolar enquanto líder escolar pode e deve, de maneira paciente e competente, contribuir para que haja mudanças nesse cenário educacional. Esse é mais um desafio que se coloca à direção da Escola.

#### **4 O PROCESSO DE DECISÃO E AS AÇÕES DO DIRETOR**

De acordo com Oliveira (s.d) a escola vem sendo questionada sobre seu papel ante as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. E numa sociedade capitalista, a escola demanda mudanças, pois novas exigências a pressionam a cada dia, atribuindo-lhe uma nova visão de educação.

Nesse sentido, cabe ao diretor escolar adotar um estilo de liderança adequado de acordo com cada situação que venha a acontecer no cenário educativo.

Segundo Lück et al (2000) os diretores escolares enquanto líderes escolares eficazes, ao utilizar o estilo de administração participativa para envolver os outros no processo de mudança na escola agem da seguinte maneira:

- Definem objetivos claros.
- Exibem confiança e receptividade com relação aos outros.
- Discutem fatos abertamente.
- Solicitam e ouvem ativamente o ponto de vista dos outros.
- Convivem com situações ambíguas e com circunstâncias que mudam constantemente, aceitando-as.
- Utilizam a gestão participativa para conseguir a ajuda dos outros. (LÜCK et al, 2000, p. 56).

Com base nessas questões relacionadas aos modos de fazer do diretor escolar é possível afirmar que a direção e a equipe de trabalho da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso têm buscado mudanças e melhorias no processo educacional.

Com relação ao poder de decisão do diretor e suas ações registradas no PPP, vale destacar o seguinte aspecto: o modelo de gestão adotado no ano de 2010 tem por objetivos: contribuir para a participação coletiva nos processos de discussão e decisões, organizar o funcionamento da escola de maneira transparente, possibilitando a aquisição de conhecimentos, saberes e ideias para que toda a comunidade possa transformar a realidade.

Ressalta-se ainda que o diretor escolar tem enfrentado poucos desafios no que se refere à participação coletiva nos processos de discussão coletiva sobre as diferentes realidades do cotidiano escolar. De modo geral, as solicitações da direção para programar ações, eventos, atividades extra-turno, projetos didáticos, a equipe tem respondido de forma eficiente.

Discutindo ainda sobre o poder de decisão, é pertinente destacar que o colegiado da escola, também tem participado de decisões, quando o mesmo é convidado pelo diretor para decidir assuntos importantes na escola, como planejamento e participação em eventos e decisão relacionada às transgressões disciplinares de alunos.

## 5 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DESCRITO NO PPP E SUA APLICAÇÃO NA PRÁTICA

Souza et al, (s.d) ensina que a avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos. A avaliação da escola deve estar ancorada no princípio do método democrático que auxilia a discussão coletiva do trabalho que foi realizado.

Dessa forma é fundamental que toda a equipe saiba como avaliar de forma competente todas as dimensões de um processo avaliativo. Porém, não é novidade que o diretor escolar tem enfrentado alguns desafios sobre as questões do baixo desempenho dos alunos na avaliação escolar, tanto no que se refere à avaliação da aprendizagem instituída pela Rede Municipal, quanto com relação às avaliações instituídas pelo Governo Estadual e Federal.

Assim, outro aspecto relevante abordado no PPP da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso é o processo de avaliação que é trabalhado de forma organizada, levando-se em conta o contexto educacional, ou seja, os sujeitos da educação, as relações sociais na comunidade escolar, os mecanismos de gestão, a realidade sócio econômica dos alunos, enfim, aspectos culturais de todos os envolvidos no cenário educativo.

Importante destacar que o processo ensino-aprendizagem é muito mais amplo do que a simples mensuração de resultados obtidos pelos estudantes em avaliações que visam identificar, na sua grande maioria, somente alguns dos conhecimentos adquiridos. (NAVARRO, et al, 2004, p. 2).

Numa perspectiva da prática de avaliação da aprendizagem dos alunos é possível afirmar que, a participação da direção nesse processo fica limitada. Por mais que o diretor conheça as melhores formas de avaliar o processo ensino-aprendizagem, existe a questão da autonomia do professor em escolher o modelo de avaliação mais adequado à turma. Um aspecto positivo na escola é que a avaliação é discutida entre professores, direção e coordenação pedagógica. Essa realidade está coerente com o que consta nas intenções do PPP da referida escola.

No que se refere ao processo de recuperação dos alunos destacado no PPP da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, esta é organizada em diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem dos alunos: A escola oferece

estudos orientados – monitoria, recuperação paralela durante todo o ano letivo, estudos orientados presenciais – após encerramento do ano letivo (até o final do ano escolar), e ainda, o estudo independente com auxílio do Plano de Estudos elaborado pelo professor da disciplina. Presta provas em janeiro (antes do ano letivo seguinte).

A prática da recuperação na escola está em consonância com aquela que foi registrada no PPP. E quanto à participação do diretor, o mesmo tem acompanhado o desenvolvimento dessa recuperação. Nesse sentido, fica evidente que o diretor tem uma preocupação com relação à ocorrência de reprovação na escola. Pois, a despeito das ideias sobre a progressão continuada entre os coordenadores do ensino da Secretaria Municipal de Ensino que orientam as escolas em nossa cidade, os diretores ficam sempre na dúvida sobre a reprovação. E, mesmo quando um professor decide que o aluno não será promovido para o próximo ano escolar, o diretor sugere ao professor dar outra oportunidade ao aluno.

Ressalta-se que é por meio do diálogo e justificando situações que podem ser relevadas e repensadas, que a direção escolar tem conseguido melhorar as práticas de avaliação na escola e contribuído para a promoção dos alunos, levando em conta suas peculiaridades e o desenvolvimento de suas capacidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não é novidade para educador algum que, a responsabilidade de liderar a construção e conduzir a implementação das propostas e ações do PPP é do diretor escolar. É ele o timoneiro que constrói a confiança dos integrantes da comunidade escolar e encoraja a equipe a alcançar o máximo de eficiência na tarefa de educar para a cidadania, para a ética e para a vida.

Do ponto de vista da liderança no processo de gestão escolar, a direção da escola Vera Lúcia Paraíso tem buscado maneiras de solucionar eventuais problemas que venham desfavorecer um bom trabalho de planejamento e de implementação das intenções da equipe expressas em seu Projeto Político-Pedagógico.

A direção da escola com o apoio da coordenação pedagógica tem buscado discutir em reuniões pedagógicas, algumas melhorias no currículo e sua eficácia na prática, por meio de leituras e estudo de temas emergentes para serem inseridos no cotidiano dos alunos. Tem discutido também as melhores alternativas de avaliação



para atender às reais necessidades dos alunos, enfim, tem acompanhado e incentivado a consolidação das intenções do PPP.

Portanto, é dessa maneira que a direção da escola vem caminhando com sua equipe, colocando em prática a visão inovadora de viabilização da construção de uma estrutura e organização de trabalho que estabeleça a ponte entre o que se quer, para que e para quem administrar a escola.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR**. Disponível em:

<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=3102&advanced=0&paging=&page=0>. Acesso em: 02/10/2010.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas Políticas de Currículo**. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em:

<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=3080&advanced=0&paging=&page=1>. Acesso em: 12/11/2010.

LÜCK, Heloísa et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

NAVARRO, Ignez Pinto et al. Brasília : MEC/SEB, 2004, p. 38-40. Disponível em:

<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=3080&advanced=0&paging=&page=0>. Acesso em: 11/11/2010.

OLIVEIRA, João Ferreira, et al. **Gestão Escolar Democrática: Definições, princípios, mecanismos de sua implementação**. Disponível em:

<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=9951>. Acesso em: 03/10/2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo et al. **Níveis do planejamento educacional**. Disponível em:

<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=3080&advanced=0&paging=&page=2>. Acesso em: 04/11/2010.

## **ANEXO: Projeto Político-Pedagógico**



## **ESCOLA MUNICIPAL VERA LÚCIA PARAÍSO**

### **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA**

**CLEIDE PIMENTEL LOPES OLIVEIRA  
GISELE BORGES LEÃO ALBINO  
KARINA CHRISTIANA FERREIRA  
MARTA FRANCISCA MOREIRA  
SARA LEAL DOS SANTOS**

**BELO HORIZONTE, 2010  
ESCOLA MUNICIPAL VERA LÚCIA PARAÍSO**

# **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: uma construção coletiva**

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina PV – Projeto Vivencial, como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, sobre a elaboração do PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso.  
Orientação: Marly Olívia Ribeiro e Silva.

**BELO HORIZONTE, 2010**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>03</b>
<b>1- FINALIDADES DA ESCOLA.....</b>	<b>04</b>
<b>2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>05</b>
<b>3- CURRÍCULO.....</b>	<b>08</b>
<b>4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....</b>	<b>10</b>
<b>5- PROCESSOS DE DECISÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>6- RELAÇÕES DE TRABALHO.....</b>	<b>13</b>
<b>7- AVALIAÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>7.1- Novos mecanismos, atitudes e perspectivas.....</b>	<b>18</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>20</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>21</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>23</b>

## INTRODUÇÃO

A educação, segundo o art. 1º da Lei 9394/96, abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais, organizações e nas manifestações culturais.

Veiga (1998) afirma que o Projeto Político-Pedagógico é um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa a superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática da escola.

De acordo com a autora, se o Projeto Político-Pedagógico é elaborado com a participação da comunidade escolar e a proposta assegura a autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola, se observa o cotidiano e o seu entorno, assegura também os princípios da gestão democrática e participativa. Baseando-se nesses princípios, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso representa uma construção coletiva que envolve os representantes da comunidade, com a participação efetiva dos pais e também dos diversos segmentos desta instituição. O presente documento indica os caminhos que ela busca trilhar na defesa do diálogo e da participação no processo ensino e aprendizagem e tem como resultado a reflexão ocorrida em vários momentos coletivos, buscando direcionar todas as instâncias organizadas na escola, bem como o repensar das práticas pedagógicas.

A Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso é integrante da Rede Municipal de Ensino, está localizada na Rua Antônio de Carvalho, nº 315, Bairro São Judas Tadeu, zona urbana, município de Arcos, Minas Gerais. Surgiu da necessidade de se construir uma unidade de ensino, uma vez que as crianças da localidade superlotaram a escola mais próxima, dificultando o trabalho dos professores e a aprendizagem dos alunos.

Após o levantamento da demanda, a administração municipal iniciou a construção do prédio em terreno doado pelo Sr. Cleuser José Teixeira. A obra foi concluída em 15 de outubro de 1993 com recursos dos cofres públicos municipais e o ato de criação oficial da escola deu-se pela Lei Municipal nº. 1498/93, de

29/11/1993. A Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais reconhece a escola e autoriza seu funcionamento pela SEE nº. 1072/94.

A unidade escolar atende alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, perfazendo um total de quatrocentos e doze alunos de classe média e conta com cinquenta e um funcionários. O e-mail da escola é emveralucia@hotmail.com e telefone (37) 3352-1050.

A Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso assume como fundamento a construção do conhecimento, inserido numa proposta educacional aberta a transformações, visando o melhor para o educando. Nesta perspectiva, o aluno constrói o conhecimento a partir de interações que estabelece com outras pessoas, com o objeto de conhecimento e com o meio em que vive.

De acordo com Silva (s.d), num processo de planejamento se faz necessário assegurar o acompanhamento, a avaliação e o replanejamento, num movimento permanente de pensar e repensar a ação desenvolvida e o trabalho realizado. Nessa perspectiva, a implementação do Projeto Político Pedagógico ajuda a corrigir falhas, aprimorar ações e realizar um trabalho mais eficaz.

## **1- FINALIDADES DA ESCOLA**

Conscientes da responsabilidade de educar para a vida, para a solidariedade e a autonomia, a Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso busca atender as necessidades dos alunos, tendo como meta uma educação de qualidade que desenvolva as potencialidades do educando.

Para Menezes (2006), os sujeitos que hoje vão à escola constituem uma população altamente diversificada, o que gera a necessidade de prestar atenção às diferentes maneiras de interpretar o mundo, o conhecimento e as relações sociais. Assim, a escola tem como principal finalidade, o desenvolvimento máximo das capacidades sociais, emocionais e cognitivas propiciando condições para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade no meio social em que se encontram.

Procura, também, desenvolver uma educação inclusiva, que atenda as reais necessidades dos alunos; a realização de um trabalho fundamentado em valores e atitudes éticas; o favorecimento de um espaço dinâmico de aprendizagem que

permita a troca de experiências entre professor/aluno, professor/professor, aluno/aluno; um trabalho dinâmico e inovador que valorize o meio ambiente, o conhecimento da sociedade histórica e cultural; que estimule mecanismos de diálogo; diminuam a violência; favoreça as ações de solidariedade e contribua na construção de uma gestão democrática e participativa.

Enfim, a presente proposta permite desenvolver uma ação educativa que promova o exercício da cidadania e a participação do sujeito como agente de mudança no contexto histórico, social e cultural e ao traçar os objetivos, leva-se em conta as mudanças culturais demandadas pela sociedade ao momento. Para alcançar essa mudança desejada, a escola oferece aos alunos um ensino de qualidade alicerçado nos ideais do ser humano, resgatando experiências vivenciadas e acumuladas, estabelecidas entre os sujeitos ao longo do processo educativo.

Sabe-se, porém, que essa tarefa é complexa e exige competências didáticas da equipe pedagógica. Neste sentido, uma das ações é capacitar os profissionais para atuarem com eficiência no processo ensino aprendizagem.

A maioria das pessoas certamente concorda com o fato de que uma escola boa é aquela em que os alunos aprendem coisas essenciais para sua vida, como ler e escrever, resolver problemas matemáticos, conviver com os colegas, respeitar regras, trabalhar em grupo. Mas quem pode definir bem e dar vida às orientações gerais sobre qualidade na escola, de acordo com os contextos socioculturais locais, é a própria comunidade escolar. Não existe um padrão ou uma receita única para escola de qualidade. Qualidade é um conceito dinâmico, reconstruído constantemente. Cada escola tem autonomia para refletir, propor e agir na busca da qualidade da educação. (DOURADO, 2005).

Portanto, espera-se que as finalidades e metas elaboradas neste Projeto Político-Pedagógico, seja o referencial, na busca de uma educação de qualidade, eficiente e competente, que leve o sujeito à construção de sua identidade e aprendizagem, voltada para uma escola democrática, onde todos possam acreditar na gestão participativa, como forma de promover as relações humanas.

## **2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A estrutura organizacional administrativa assegura a locação, a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros, além da arquitetura do prédio e do patrimônio escolar. A estrutura pedagógica refere-se às interações políticas, às



questões de ensino-aprendizagem e às curriculares, incluindo todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho na escola.

A Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso está dividida em três pavimentos térreos. O pavimento central é composto pela cantina, dois banheiros sendo um masculino e um feminino, biblioteca, sala dos professores (anexo, dois banheiros), secretaria e sala da direção. No lado esquerdo estão três salas de aula e entre os pavimentos, um palco para as apresentações e dois pátios, contando também com uma quadra poliesportiva coberta para atender não apenas a demanda da escola, mas também da comunidade. No pavimento à direita, estão seis salas de aula e uma sala de informática com dez computadores com acesso à internet.

Todas as dependências estão mobiliadas conforme suas finalidades, o prédio encontra-se em bom estado de conservação, não oferece nenhum risco à clientela. A escola apresenta-se equipada, com um aparelho de televisão, um DVD, um data-show, um notebook, uma máquina copiadora, uma máquina fotográfica, doze computadores com internet, um aparelho telefônico, um retro-projetor, uma impressora a laser, uma impressora a jato de tinta, uma matricial, um freezer, um fogão industrial, uma geladeira, um liquidificador, armários em todas as salas de aula, secretaria e sala dos professores.

No que se refere à autonomia financeira, a escola recebe o repasse do Programa de Dinheiro Direto na Escola - PDDE e Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, sendo os valores destinados à melhoria do ensino-aprendizagem, parte física e pedagógica, previamente aprovados pelo Caixa Escolar e Colegiado Escolar.

As modalidades de ensino oferecidas na instituição são de Educação Infantil (alunos com cinco anos de idade) e Ensino Fundamental de nove anos, com a seguinte estrutura: Ciclo da Alfabetização com duração de três anos de escolaridade; Ciclo Complementar, com duração de dois anos de escolaridade e os quatro anos finais organizados em regime anual, do sexto ao nono ano de escolaridade.

A Escola funciona em dois turnos. O turno vespertino, com cento e oitenta e dois alunos divididos em nove turmas, sendo duas turmas de Educação Infantil, com trinta e quatro alunos; duas de primeiro ano, com trinta e cinco alunos; uma turma de segundo ano, com vinte e seis alunos; duas turmas de terceiro ano, com quarenta e três alunos e duas de quarto ano, com quarenta e quatro alunos. O turno matutino

conta com dez turmas no total de duzentos e trinta alunos, sendo duas turmas do quinto ano, com cinquenta e nove alunos; sexto ano, com quarenta e seis alunos; sétimo ano, com quarenta e sete alunos; oitavo ano, com quarenta e três alunos e o nono ano, com trinta e cinco alunos. A carga horária anual da Educação Infantil é de 800 horas, do primeiro ao quinto ano é de 833 horas e 20 minutos e do sexto ao nono ano de 900 horas.

O corpo docente é constituído por trinta e dois profissionais. O pessoal técnico-administrativo é constituído por seis auxiliares de serviços administrativos, dois supervisores pedagógicos, uma coordenadora escolar e uma estagiária. O turno vespertino conta com duas auxiliares de serviços administrativos, uma supervisora e uma estagiária, o matutino conta com três auxiliares de serviços administrativos, uma supervisora e uma coordenadora para os dois turnos.

A área pedagógica dessa unidade é organizada pelos supervisores, direção, coordenador pedagógico e professores, que estabelecem objetivos gerais e específicos para o ensino, definem as linhas de atuação em função dos objetivos, do perfil da comunidade e dos alunos. Propõem metas a serem atingidas, acompanham e avaliam as propostas pedagógicas, os objetivos e o cumprimento das metas.

Os profissionais oferecem aos educandos um ensino de qualidade, conduzindo-os ao exercício pleno da cidadania através da formação humana, cristã, moral e intelectual. A equipe é comprometida, ajuda na construção de uma escola democrática, tendo por metas a inserção dos alunos no processo sócio-político-econômico e cultural.

A escola propõe um trabalho fundamentado em pedagogia de projetos, envolvendo toda comunidade escolar. Nessa perspectiva, Cury (2010) afirma que “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores”.

O supervisor escolar tem, entre suas funções, assessorar os professores em seu trabalho diário e manter um relacionamento agradável entre escola e comunidade mantendo-os informados dos resultados obtidos; Propiciar momentos de estudos, interação e troca de experiências, com o objetivo de enriquecer o trabalho; Elaborar, juntamente com a equipe escolar, os projetos pedagógicos e propiciar meios para a execução dos mesmos.

O solo do ato pedagógico, enquanto espaço da relação ensino/aprendizagem, é o ambiente institucional da unidade escolar. A sala de aula, espaço privilegiado do ambiente institucional da escola e do fazer docente, é o lugar apropriado do direito de aprender do discente, de daí se projeta para um mundo que vai rompendo fronteiras e revelando, ainda que por contradições, o caráter universal do homem (CURY 2010, p.10)

O planejamento dos professores da Educação Infantil ao quinto ano é organizado dentro dos PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais e do caderno do CEALE - Centro de Alfabetização Leitura e Escrita. Do sexto ao nono ano é usado o CBC - Currículo Básico Comum. Os planejamentos têm constante acompanhamento da equipe pedagógica e quando há necessidade, é realizado o PIP - Plano de Intervenção Pedagógica. O calendário escolar é definido pela SEMED - Secretária Municipal de Educação do município, com a aprovação da Superintendência de Ensino.

A metodologia de ensino adotada pela Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso e os problemas referentes a ela, são resolvidos de forma democrática, contando com a participação dos professores, supervisores e direção. Juntos, atendem às necessidades de cada turma, na tentativa de sanar da melhor forma possível os problemas de ensino-aprendizagem.

### **3- CURRÍCULO**

A escola, na busca dos princípios da prática inovadora, visa ao dinamismo e ao desenvolvimento de competências, por isso se fundamenta em teorias que ressaltam a importância da aprendizagem significativa, onde um dos principais objetivos é tornar o aprendizado prazeroso, criativo, com o maior grau de significado possível. O currículo tem por objetivo expressar a construção social do conhecimento e propor uma sistematização de meios para que esta construção se efetive, refletindo a concepção de educando e de sociedade que se deseja, a forma de organização do trabalho na escola, a postura dos educadores, a organização dos conteúdos e a metodologia de trabalho. Vale destacar Cooll (s.d) que o currículo como o projeto que preside as atividades educativas escolares, proporciona guias de ações adequadas e úteis para os professores, que são diretamente responsáveis por sua aplicação e execução. Portanto, o currículo favorece informações concretas sobre o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e que, como e quando avaliar.

Infere-se, então, que currículo é um programa de ações pedagógicas a ser vivenciadas em sala de aula, na instituição e em torno dela, bem como um caminho que indica como trabalhar as mudanças e alterações significativas em busca do ensino-aprendizagem. O currículo então não se apresenta como um conceito, mas como uma construção cultural, um modo de organizar uma série de práticas educativas.

O currículo do Ensino Fundamental deve ter uma Base Nacional Comum, a ser complementada por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. A abordagem dos conteúdos curriculares na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso é interativa, contextualizada e significativa, tem como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais e as Referências Curriculares Nacionais da Educação Infantil ao quinto ano. Orienta-se também pelos cadernos do CEALE - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita e os Guias do Alfabetizador.

As equipes administrativas e pedagógicas da escola elaboram um projeto oferecendo aos alunos o reforço no contra turno, objetivando melhores resultados na aprendizagem, e na parte diversificada, a escola oferece aulas de Inglês do primeiro ao quinto ano. Em sua base, o currículo norteia as várias áreas de conhecimento e proporciona caminhos para que o aluno se desenvolva nas capacidades de reflexão e criação dentro de cada especialidade.

O currículo nesta escola (Anexo A) abrange, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. O ensino da Arte constitui componente curricular obrigatório, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Na parte diversificada dos currículos inclui, obrigatoriamente, a partir do sexto ano, o ensino de pelo menos uma Língua Estrangeira, cuja escolha fica a critério da comunidade escolar, dentro das possibilidades e limitações da escola. A Educação Física, integrada à Proposta Pedagógica da Escola, é componente curricular obrigatório de todos os anos da Educação Básica. O ensino da História do Brasil leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia. O ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena integra os currículos do Ensino Fundamental.

No desenvolvimento do Currículo são observados os Conteúdos Básicos Comuns – CBC, estabelecidos, obrigatoriamente, para os anos finais do Ensino Fundamental. A Escola implementa os Conteúdos Básicos Comuns – CBC, conforme o planejamento curricular de suas ações pedagógicas, devendo os mesmos serem enriquecidos, ampliados e adaptados às características regionais e às necessidades dos alunos. Assim, a educação vai além da reprodução de saberes e fazeres, tendo como foco a troca de experiência no contexto sócio-político-cultural visando um ensino-aprendizagem de qualidade pautada em uma gestão democrática.

#### **4 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

Espaço e tempo são duas dimensões que se concretizam e indicam o caráter estrutural das concepções e das práticas pedagógicas. Ambos não podem ser neutros, representam uma construção social e exteriorizam intenções individuais e coletivas que modificam e constroem o ambiente, favorecendo ou não um ambiente educativo de qualidade.

A Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso funciona em dois turnos. O primeiro inicia as atividades às 7 horas e encerra às 11 horas e 20 minutos e o segundo começa às 12 horas e 30 minutos e termina às 16 horas e 45 minutos. Os alunos estão distribuídos em turmas do primeiro ao nono ano e a instituição tem por finalidade ministrar a educação nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental organizado em ciclos, sendo Ciclo da Alfabetização: primeiro, segundo e terceiro ano; Ciclo complementar: quarto e quinto ano e séries finais do ensino fundamental: sexto ao nono ano.

O número de alunos por turma é, preferencialmente, de vinte e cinco alunos nos anos iniciais e trinta alunos nos anos finais, com o objetivo de possibilitar ao aluno um acompanhamento sistemático e apoio individualizado. A escola respeita, especialmente, a forma de aproveitamento do tempo pedagógico levando em conta a individualidade e a necessidade de cada um. Valoriza o espaço de exercício da cidadania de forma a oferecer ao aluno um ensino de qualidade.

O espaço físico da escola é amplo e atende à demanda. Está dividido em três pavimentos, com cantinas, banheiros, biblioteca, setor administrativo, salas de aula, laboratório de informática com internet. Possui um espaço amplo para recreação

com palco e jardins. A quadra é coberta e atende à escola e toda comunidade. Durante a semana são realizadas reuniões e demais atividades como: grupos de oração, catequese, reuniões de professores, cursos e atividades esportivas na quadra. No final de semana a escola é cedida também para almoço beneficente.

O tempo de permanência do estudante na escola é tempo de aprendizagem intelectual, sócio-cultural, afetiva e ética. Sob essa perspectiva Cury lembra:

Sabendo-se pelo artigo 24 que, obrigatoriamente, o estudante tem direito a um mínimo de 200 dias letivos por ano e 800 horas de carga horária mínima, sabendo-se que, pelo mesmo artigo VI a frequência mínima para aprovação é a de 75%, resulta o seguinte: 75% de 800 horas = 600 horas; 25% de 800 horas = 200 horas; 50% de 200 horas = 100 horas; 100 horas = 25 dias letivos. Ou seja, bem antes de um aluno atingir 100 horas de faltas, o gestor deve buscar o cumprimento do inciso VIII do art. 12, pois, nesse caso, a quantidade é qualidade. (CURY, 2006, p. 13)

Considerando tais afirmativas, o calendário da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso é adequado às peculiaridades dessa instituição e também às locais, promovendo esforços para articular e integrar aos calendários das demais escolas do município. Conta com um total de 200 dias letivos com 800 horas para a Educação infantil, conforme afirma o autor, 833 horas e 20 minutos do primeiro ao quinto ano e 900 horas do sexto ao nono ano (Anexo B).

O controle da frequência tem por objetivo o registro da presença do aluno nas atividades escolares programadas, das quais está obrigado a participar, para aprovação, em pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária prevista. O controle de frequência dos alunos é de responsabilidade do professor e para o aluno que não obtiver a frequência mínima prevista, a escola utiliza-se do recurso de reclassificação, observando para tal, as condições previstas no Regimento Escolar.

De acordo com Brito (1991, p. 12), “a escola como organização é uma entidade social complexa onde se inter-relacionam várias estruturas e múltiplas intervenientes: alunos, pessoal docente, pais e comunidade em geral, contribuindo todos para uma mesma finalidade e missão”.

Assim, a direção, supervisores e professores desta escola realizam o Módulo II, quinzenalmente, para analisar o desempenho dos alunos, replanejar, criar ações, metas, estratégias e projetos de estudos para a formação continuada. Tais fatores constituem-se em estímulos para impulsionar a caminhada rumo à democracia,

buscando apoio nos profissionais e em toda comunidade escolar, de modo especial, nos conselhos escolares.

## **5 - PROCESSOS DE DECISÃO**

A gestão democrática da escola pública, tendo por objetivo contribuir para a participação coletiva nos processos de discussão e decisões, organiza o seu funcionamento de maneira transparente, possibilitando que a comunidade adquira conhecimentos, saberes e ideias para transformar a realidade. E para que tais ações se efetivem, tornam-se necessárias as tomadas de decisões quanto ao planejamento, ao desenvolvimento e ao processo de avaliação da educação.

Os líderes são os responsáveis pela sobrevivência e pelo sucesso de suas organizações. Chamamos de liderança a dedicação, a visão, os valores e a integridade que inspiram os outros a trabalharem conjuntamente para atingirem metas coletivas. A liderança eficaz é identificada como a capacidade de influenciar positivamente os grupos e de inspirá-los a se unirem em ações comuns coordenadas. Os líderes reduzem as nossas incertezas e nos ajudam a cooperar e trabalhar em conjunto para tomarmos decisões acertadas (CHIAVENATO, 1994, p. 17).

Segundo Ferreira (1980, também se refere a tais lideranças e afirma que “tomar decisões implica em deliberar, resolver ou decidir as situações, mas cabe primeiramente ao diretor, responsável pela gestão, administrá-las”. Com base nessas ideias, é que o gestor de cada escola e de modo especial da instituição em estudo, deve refletir sobre a melhor maneira de liderar o trabalho educativo.

Com relação à escolha dos dirigentes no município de Arcos/MG, ela acontece por indicação do prefeito municipal levando em conta critérios como: experiência profissional, capacidade de liderança e formação em nível superior. O processo de decisão na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso caminha na direção da gestão democrática e descentralizada, uma vez que as decisões são fundamentadas na discussão coletiva e a cada profissional, cabe o direito de vez e voz.

A escola tem autonomia para empregar a verba do Caixa Escolar de acordo com suas necessidades e conta com o apoio de toda a equipe escolar reunindo-se com professores da escola e o Colegiado Escolar para decidir a melhor forma de aplicação, ou seja, não tem interferência da SEMED - Secretaria Municipal de Educação.

O Colegiado Escolar é o órgão representativo da comunidade escolar, com função deliberativa e consultiva nos assuntos referentes à gestão pedagógica e à

gestão administrativa, respeitadas as normas legais, conforme previsto no Regimento Escolar. As reuniões acontecem na sede da própria escola, sob coordenação da diretora e as decisões são tomadas pela maioria de seus membros, titulares e/ou suplentes, que são indicados pela comunidade escolar, mediante processo de eleição para mandato de dois anos, em datas e períodos fixados em edital próprio.

Oliveira *et al* (2010), afirma que a democratização começa no interior da escola, por isso, a cooperação é a base desse trabalho. As decisões do Colegiado são registradas em ata aprovada, assinada pelos presentes e divulgada à comunidade escolar.

O Conselho de Classe, que também acontece de maneira efetiva, tem por objetivo a avaliação coletiva do processo de aprendizagem do aluno, subsidiando, dessa forma, a construção do PPP - Projeto Político Pedagógico. Os seus representantes reúnem-se no final de cada bimestre, conforme previsto no calendário escolar, para avaliar o desempenho de cada aluno e da turma de forma global. Outro objetivo do Conselho é reorientar as atividades, buscar soluções que venham a atender às necessidades diferenciadas em busca do sucesso no processo ensino-aprendizagem.

## **6 - RELAÇÕES DE TRABALHO**

Quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, considera-se que as relações de trabalho, no interior da escola, devem estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios de divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico.

(...) a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser aprendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos (...). Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula (...). (DOURADO, 2010)

Na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, as relações acontecem em um ambiente criado pela vivência consciente dos direitos e dos deveres de cada membro da comunidade escolar no exercício de suas responsabilidades para o



desenvolvimento do trabalho educativo. O regime disciplinar é decorrente das disposições legais aplicadas em cada caso, segundo as determinações do Regimento Escolar, dos regulamentos específicos e das decisões dos órgãos colegiados.

Família e escola devem estar atentas a maneira em que os jovens demonstram suas emoções. Devido a sua faixa etária, eles têm a necessidade de chamar a atenção através de comportamentos inadequados como gritos, modo de andar e de se vestir, desafiando as normas e os limites da escola. O desempenho às vezes fica comprometido e eles tentam de todas as maneiras chamar a atenção dos pais e professores, daí a relação família/escola torna-se decisiva para o sucesso da educação. Ambas tentam resolver o problema da melhor forma possível, deve-se buscar sempre uma sintonia visando à aprendizagem de qualidade e a formação do caráter do aluno/filho. Torna-se importante compreender que:

O momento em que nos encontramos tem alterado a configuração da vida e tem abalado os padrões estabelecidos de indivíduo, família e sociedade. [...] seres humanos e relações humanas foram lançados em um estado de turbulência, enquanto a máquina cresce muito à frente da sabedoria do homem sobre si mesmo. A redução do espaço e a intimidade forçada entre as pessoas vivendo em culturas em conflitos exigem um novo entendimento, uma nova visão das relações do homem com o homem e do homem com a sociedade. (ACKERMAN, 1986, p. 17)

Conforme afirma o autor, às vezes as relações no interior da escola, são caracterizadas por turbulências e conflitos. Em relação às faltas cometidas na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, pode-se afirmar que, conforme a gravidade e reincidência são aplicadas aos alunos uma advertência oral particular ou advertência escrita. E sempre que se faz necessário, é feito um comunicado aos pais ou responsáveis pelo aluno para o conhecimento da situação, objetivando a busca de soluções mais adequadas.

A escola registra e arquiva os comprovantes do ocorrido e medidas tomadas pelo coletivo. Os casos mais graves de indisciplina e faltas consecutivas são encaminhados para o Conselho Tutelar e Colegiado Escolar, para que possam fazer o encaminhamento e tomar as providências cabíveis.

O regime disciplinar aplicado ao pessoal docente, técnico e administrativo, segue os parâmetros baseados no diálogo. O gestor orienta o funcionário com o intuito de mudança de atitudes. Persistindo o problema, é feita uma advertência

escrita e encaminhado à Secretaria Municipal de Educação que leva o caso ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

Com o objetivo de evitar problemas de relacionamento, são criadas estratégias para que todos tenham um ambiente de trabalho harmonioso e prazeroso, aberto à reflexão coletiva favorecendo o diálogo. São ministradas palestras, cursos de capacitação e motivação no resgate da afetividade entre funcionários, alunos e comunidade escolar.

## **7 - AVALIAÇÃO**

O termo “avaliar” vem do latim (a + valere), que significa “atribuir valor e mérito” ao objeto de estudo. Avalia-se então para aferir a sua qualidade. Avaliar é um processo complexo, porém, necessário. Serve como diagnóstico do atual desempenho da escola e da aprendizagem dos alunos e de todos os educadores e sua importância no ambiente educativo. A análise de resultados de uma avaliação favorece a elaboração do planejamento das ações educativas e ainda serve para ajustar os processos de ensino e aprendizagem, bem como elevar os padrões de ensino, além de nortear o processo de gestão na escola.

Segundo Souza *et.al* (2010), a avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos. A avaliação da escola deve estar ancorada no princípio do método democrático que auxilia a discussão coletiva do trabalho que foi realizado.

Uma das formas de avaliar mais importantes se refere à avaliação permanente de todos os aspectos que compõem as ações educacionais na escola. É importante avaliar as ações dos profissionais que atuam diretamente na escola e também avaliar o desempenho acadêmico dos alunos, pois ambos os processos são interdependentes. Neste sentido, Souza, *et. al*, (2010), destaca que a análise das condições institucionais da escola pode ajudar a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem, o que, em contrapartida, revela um referencial de avaliação para a instituição.

Segundo Demo (1996, p. 48), os problemas de aprendizagem precisam ser descobertos de imediato, através de diagnósticos inequívocos e honestos e que permitam redirecionar as chances. Baseando-se nas ideias mencionadas por Demo, torna-se pertinente refletir sobre a construção de um modelo de avaliação eficiente e eficaz, a cultura de avaliação que é adotada, quando avalia e como são registrados os dados avaliativos, tal como acontece na Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso.

O processo de avaliação adotado nesta instituição trabalha de forma organizada. Leva em conta o contexto educacional, ou seja, os sujeitos da educação, as relações sociais na comunidade escolar, os mecanismos de gestão, a realidade sócio-econômica dos alunos, enfim, aspectos culturais de todos os envolvidos no cenário educativo.

No que diz respeito ao trabalho dos profissionais, é adotado o modelo de avaliação dialógica e permanente e nas reuniões mensais ou quinzenais, é estabelecido um momento de pensar sobre o trabalho desenvolvido. Toda equipe considera que uma forma sensata de realizar a avaliação na escola é por meio da auto-avaliação dos profissionais, bem como a avaliação crítica das ações de cada um em função do ensino e da aprendizagem dos alunos.

Os dados avaliativos do trabalho, bem como o resultado do desempenho dos alunos, são registrados em atas, assinadas por todos os profissionais que se encontram presentes na reunião. Neste documento são registradas as opiniões, sugestões e críticas sobre todo processo, o que está dando certo e o que precisa ser inovado. Registra-se também os resultados das avaliações externas, buscando por meio da discussão crítica, as soluções para melhorias do processo ensino-aprendizagem, bem como as ações em prol da qualidade do trabalho educativo.

Desta forma, todo o processo educativo passa a ter a maior relevância, como meio para a efetivação da aprendizagem, e o produto desse processo – a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares. Nessa ótica, torna-se importante destacar que o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo, ou seja, da escola como um todo. (NAVARRO, et. al. 2010).

A ideia da autora vem fortalecer a visão da equipe da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso sobre o processo de avaliação do ensino e da aprendizagem. Nesta instituição, há uma convicção de que ao avaliar, o educador é também avaliado e assim, a responsabilidade pela qualidade da educação é como diz Navarro, dividida entre todos os envolvidos no processo educacional.

Sabe-se que o resultado final da avaliação feita por esta escola, de acordo com seu regimento, reflete o desempenho global do aluno durante o período letivo, considerando as suas características individuais e indicando sua possibilidade de prosseguimento nos estudos. Sabe-se também, que o compromisso dessa equipe não é somente com o ensino, mas principalmente com a aprendizagem e, nesse caso, a recuperação é entendida como uma parte importante do processo, porque a instituição respeita a diversidade de características e de necessidades de todos os alunos.

Na recuperação, são organizadas diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem dos alunos, oferecidas no decorrer do período letivo e após o mesmo, como os Estudos Orientados a partir de atividades especificamente programadas para o atendimento de alunos ou grupos de alunos que demonstram dificuldades ao longo do processo de aprendizagem. São realizados estudos orientados presenciais, imediatamente após o encerramento do período letivo, para os alunos que não apresentam domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para o período.

Quando as estratégias mencionadas não são suficientes para atender às necessidades mínimas de aprendizagem do aluno, são realizados os Estudos Independentes no período de férias escolares, com avaliação prevista para a semana anterior ao início do período letivo subsequente. Estes estudos são assumidos pelo professor da turma, por meio de procedimentos pedagógicos variados, incluindo a possibilidade de se recorrer ao apoio de monitorias e parcerias mobilizadas pela escola. Nesse caso, cabe à direção e à equipe pedagógica, indicar, para cada componente curricular, os professores responsáveis pelo acompanhamento e avaliação dos alunos beneficiados pelas estratégias de Estudos Orientados e Estudos Independentes em situação regular ou em regime de Progressão Parcial.

Os instrumentos de avaliação utilizados para verificação da aprendizagem do aluno submetido aos Estudos Independentes são variados, incidem sobre os conceitos e habilidades fundamentais dos componentes curriculares e são definidos em equipe pelos professores da escola. Constatada a recuperação do aluno, ocorre a revisão dos resultados anteriormente lançados nos registros escolares.

## 7.1 – Novos mecanismos, atitudes e perspectivas

A Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso aponta uma educação para o progresso, onde estudo e avaliação caminham juntos, e, esta última, como instrumento indispensável que permite saber em que medida os objetivos pretendidos foram alcançados. Uma educação vista como um processo de permanente crescimento do educando, que visa o seu pleno desenvolvimento, buscando novos mecanismos, atitudes e perspectivas, como os que estão descritos nos parágrafos seguintes.

Classificar significa posicionar o aluno em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, anos ou outras formas de organização compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimentos segundo processo de avaliação definido pela escola em seu Regimento Escolar. A Classificação pode ser feita em qualquer série, etapa ou ano, exceto o primeiro do Ensino Fundamental.

Para os alunos provenientes de escolas de outros municípios, estados ou do exterior que não concluíram o Ensino Fundamental, a classificação dar-se-á conforme previsto no Regimento Escolar e pode ser feita:

- a) por promoção, para os alunos que cursaram com aproveitamento, a série, a fase ou o ano anterior, na própria escola;
- b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;
- c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que define o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permite sua inscrição no ano adequado conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

Reclassificar significa reposicionar o aluno em série, período, ciclo, fase, etapa ou ano diferente daquela indicada em seu histórico escolar (LDB 9394) e a decisão de reclassificação é sempre decorrente da manifestação de uma comissão, presidida pela direção desta escola com representantes docentes da qual o aluno é reclassificado, bem como dos profissionais responsáveis pela Coordenação/Supervisão das atividades pedagógicas. Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação são arquivados nas pastas dos alunos.

Avanço Escolar é a forma de propiciar ao aluno que apresenta nível de desenvolvimento acima de sua idade, a oportunidade de concluir em menor tempo a

série em que se encontra. Aluno com desenvolvimento superior é aquele que apresenta características especiais, com altas habilidades e comprovada competência. Por se tratar de formas especiais de avaliação e progressão, é indispensável que a direção da escola designe comissão, não só para diagnosticar realmente a necessidade de aplicação deste recurso excepcional, como também para proceder à avaliação que cada situação requer.

A Aceleração de Estudos é a forma de proporcionar ao aluno com atraso escolar, a oportunidade de atingir o nível de desenvolvimento correspondente à sua idade. Alunos com atraso escolar são aqueles que se encontram com idade superior a que corresponde a série que esteja cursando. Neste caso, a Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso faz a programação dentro das normas vigentes, sob orientação da SEE/MG. As estratégias de aceleração podem assumir múltiplas formas, buscando como atender as necessidades desses alunos de acordo com as possibilidades da escola.

A Progressão Parcial é o procedimento oferecido pela instituição, com apoio no Regimento Escolar, que permite ao aluno avançar em componentes curriculares para os quais já apresente, comprovadamente, domínio de conhecimento, possibilitando-lhe novas oportunidades de estudos naqueles componentes nos quais apresente deficiências. A SEE através do art. 39 da Res. SEE nº 521/04 regulamenta estes estudos devendo a escola organizar diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecendo:

- Estudos Orientados – monitoria, recuperação paralela durante todo o ano letivo;
- Estudos Orientados presenciais – após encerramento do ano letivo (até o final do ano escolar) o aluno faz avaliação em duas ou mais disciplinas. Zera os pontos obtidos durante o ano.

- Se não conseguir ainda o mínimo, faz o estudo independente com auxílio do Plano de Estudos elaborado pelo professor da disciplina. Presta provas em janeiro (antes do ano letivo seguinte). Os instrumentos de avaliação são avaliados e definidos em equipe para serem aplicados ao aluno após estudo independente;
- Se ainda não conseguir, fica com a progressão parcial em até dois conteúdos, se há defasagem em três disciplinas, o aluno fica retido.

Lembrando que na sua pasta individual, contém todas as tentativas e estratégias adotadas pela escola. Nela, toda a documentação como provas e trabalhos que venham a ser exigidos dos alunos são arquivados. Aqueles alunos que estão em regime de Progressão Parcial, realizam as atividades através de estudos e trabalhos orientados e frequentam as aulas no horário normal.

E na busca pelo pleno desenvolvimento do educando, estão presentes outros objetivos que não só os de dimensão cognitiva, como os descritos acima, mas também os de natureza sócio-afetiva, que igualmente são trabalhados e avaliados pela Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da experiência de revisão do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Vera Lúcia Paraíso, todos os passos dados têm uma contribuição significativa, com o objetivo de aprimorar o trabalho coletivo garantindo o envolvimento de todos os segmentos da escola nas tomadas de decisões, na elaboração, execução e avaliação de ações conjuntas visando sanar as deficiências, em prol da melhoria da qualidade da gestão democrática e participativa.

[...] o projeto político pedagógico pode ser considerado como a 'carteira de identidade' da escola, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Espera-se que prevaleça o propósito de oferecer a todos igualdade de oportunidades educacionais, que não significa necessariamente, que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas para todos. (Carvalho, 2004, p. 156-157).

É indispensável que a escola busque, coletivamente, a promoção de espaços para debates, reflexões e envolvimento da comunidade escolar em seu dia-a-dia, objetivando a reflexão sobre a realidade, em busca de estratégias de melhorias e aperfeiçoamento no seu desempenho educacional. Portanto, o Projeto Político

Pedagógico da escola é o resultado de um desejo de criar, interagir, trocar experiências, inovar e acrescentar através de um processo coletivo e participativo de toda comunidade escolar e que deve ser implementado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Márcia Ângela – SCHEIBE, Leda. **Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de pedagogia em questão.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a12v2068.pdf>. Acesso em: 15/07/2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394, htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 08/07/2010.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Estado da Educação. Guia do diretor escolar SEE/MG:** instrumento didático destinado a orientação e suporte do trabalho do diretor escolar. Belo Horizonte: SEE, 2010.

Coll. César. **Psicologia e currículo.** Disponível em [www.scribd.com/doc/24138464/Psicologia-e-Curriculo](http://www.scribd.com/doc/24138464/Psicologia-e-Curriculo). Acesso em: 14/10/2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil - **O direito à educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 15/07/2010

DOURADO, Luiz Fernandes - **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 12/07/2010.

\_\_\_\_\_. et al. edição revista. **Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC (coordenadores).** São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - FEEVALE - **Escola de Aplicação.** Disponível em: <http://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/36302.pdf>. Acesso em: 12/07/2010.

NAVARRO, Ignez Pinto. (et. al.) **Avaliação: O processo e o produto.** Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=9891>. Acesso em: 11/08/2010.

OLIVEIRA, João Ferreira – **A construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico.** Disponível em: [www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2005](http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2005). Acesso em: 08/07/2010.



**Parecer nº 05/97 CEE**

Disponível em: [http://www.ceesp.sp.gov.br/pareceres/pa 526 97. htm](http://www.ceesp.sp.gov.br/pareceres/pa_526_97.htm). Acesso em: 11/08/2010

**Parecer nº 1132/97 CEE**

Disponível em: [http://www.cee.mg.gov.br/parecer1132. 1997.htm](http://www.cee.mg.gov.br/parecer1132_1997.htm). Acesso em: 11/08/2010

**Parecer nº 1158/98 CEE**

Disponível em: [http://www.cee.mg.gov.br/parecer1158. 1998.htm](http://www.cee.mg.gov.br/parecer1158_1998.htm). Acesso em: 11/08/2010

PILETTI, N. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental**. São Paulo: Ática, 2004. Disponível em: [www.scribd.com/doc/6779342](http://www.scribd.com/doc/6779342). Acesso em: 13/07/2010.

ROCHA, Maria Alice Barbosa da Silva - **Projeto Político Pedagógico e Sua Importância na Gestão Democrática**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br>. Acesso em: 08/07/2010.

SILVA, Marcelo Soares da. - **Planejamento e o cotidiano escolar**. Disponível em [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view. php?id=9931](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=9931). Acesso em: 08/07/2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo. (et. al) **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição**. Disponível em [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view. php?id=9891](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=9891). Acesso em: 11/08/2010.

**Tempo Escolar** - Disponível em: <http://materialparaescola.blogspot.com/2009/11/o-tempo-escolar.html>. Acesso em: 18/07/2010.

VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

Anexo A – Grade Curricular

Áreas de conhecimento Componentes Curriculares		Ciclo da Alfabetização												Ciclo Complementar											
		1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		6º Ano		7º Ano		8º Ano		9º Ano							
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA						
BASE NACIONAL COMUM	Língua Portuguesa	07	233:20	07	233:20	07	233:20	07	233:20	07	233:20	07	233:20	06	200:00	06	200:00	05	166:40						
	Matemática	07	233:20	07	233:20	07	233:20	07	233:20	07	233:20	05	166:40	05	200:00	05	200:00	05	166:40						
	Geografia	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00						
	História	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00						
	Ciências	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00						
	Educação Física	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40						
	Artes	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20						
	Educação Religiosa	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20						
	Líng. Estrang. (Inglês)	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20						
	Prescritividade e Expressão Corporal	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20						
Redação	00	0:00	00	0:00	00	0:00	00	0:00	00	0:00	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20							
Informática	00	0:00	00	0:00	00	0:00	00	0:00	00	0:00	00	0:00	00	0:00	00	0:00	00	0:00							
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>833:20</b>	<b>35</b>	<b>833:20</b>	<b>37</b>	<b>900:00</b>	<b>27</b>	<b>900:00</b>	<b>27</b>	<b>900:00</b>					
PARTE																									
INDICADORES FIXOS:	*L4 (11.524.07) e L46 (SEE 1307.00) - Os conteúdos referentes ao Dúo das Ciências e Matemática serão ministrados em toda o currículo escolar, com ênfase em Língua Portuguesa, Geografia e História, no Pólo Curricular do Ensino Fundamental de 1º ao 5º anos.																								
Duração do Módulo: 50 minutos /	Carga Horária Anual: 833:20 h / 900h /																								
Nº de dias letivos: 200 dias /	Módulos aulas semanais: 25 / 27 Módulos /																								
Semanas Letivas: 40 semanas /																									
Recreio: 50 horas (15 minutos diários) /																									
Duração do turno: 04h, 25min /																									

SRE - DIVINÓPOLIS  
**CONFERIDO**  
 20/10/10  
 SRE - DIVINÓPOLIS

Serviço de Ensino Fundamental

Secretaria Municipal de Educação  
 Sobretabala de Educação  
 MASP-28816

Inspector(a) Escolar  
 Irene Lopes Ferreira  
 Inspectora Escolar  
 9403035

Diretora da Escola  
 Cícely Aparecida Lopes Oliveira  
 Diretora  
 Av. n.º 905/664

Ed. Ambiental - Lei nº 9795/99 integ. a Ciências  
 \*\*\*Opcionação Social - Lei nº 12491/99 integrada a Ciências e Educação Religiosa.  
 \*\*\*Práticas Esportivas - Lei nº 12767/98 integrada a História e Geografia  
 \*\*\*Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e dos povos indígenas  
 deverão ser ministrados no âmbito de todo currículo escolar - Lei Federal 11645 de  
 10/03/08 /  
 \*\*\*Lei nº 13.415/99 - Estudos sobre diversidade química e convergências de  
 uso de drogas presentes em ambientes escolares.

# Anexo B – Calendário Escolar

**Secretaria Municipal de Educação - Arcos/MG**  
**ESCOLA MUNICIPAL VERA LÚCIA**  
**Calendário 2010 - Ensino Fundamental**

### Legenda

	Início e término do ano letivo
	Início e término do ano escolar
	Férias escolares
	Recessos escolares comuns
	Feriado Nacional
	Feriado Municipal
	Sábado Letivo
	Capacitação e Planejamento
	Consciência negra
	Designações
	JIMI (Logos do Interior de Minas)

#### Janeiro

ESCALONAMENTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

1 - Confraternização Universal

#### Fevereiro

ESCALONAMENTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28						

16 - Carnaval

#### Março

ESCALONAMENTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
1	2	3	4	5	6	
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

#### Abril

ESCALONAMENTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

2 - Sexta-feira da Paixão  
21 - Tiradentes

#### Maio

ESCALONAMENTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

1 - Dia do Trabalho

#### Junho

ESCALONAMENTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

3 - Corpus Christi

#### Julho

ESCALONAMENTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

16 - Aniversário da Cidade

#### Agosto

ESCALONAMENTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

#### Setembro

ESCALONAMENTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

7 - Independência do Brasil

#### Outubro

ESCALONAMENTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

12 - Nossa Senhora Aparecida  
28 - Dia do Servidor

#### Novembro

ESCALONAMENTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
1	2	3	4	5	6	
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

2 - Finados  
15 - Proclamação da República

#### Dezembro

ESCALONAMENTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

8 - Imaculada Conceição  
25 - Natal

*Lucinéia Dias da Silva Carolino*  
Secretária Municipal de Educação

*Irene Lopes Ferreira*  
Inspetora de Ensino de Dintropólis